

Editorial

O terceiro trimestre do ano no nosso hemisfério sul caracteriza-se por períodos prolongados de estiagem. Tal comportamento da natureza se intensifica pelas ações, por vezes, pouco responsáveis dos homens na sua relação com seus semelhantes e o meio ambiente. Aquecimento global, queimadas, devastação de florestas, conflitos e desigualdades sociais são alguns exemplos dos ingredientes de calorosas discussões que tensionam as relações humanas e permeiam nossos tempos.

Qual o papel da Educação frente a tal situação? Quais contribuições os educadores podem promover diante deste conflitante quadro social? Como se posicionar no enfrentamento de tantos desafios? Sem apresentar soluções prontas e acabadas, convidamos o leitor às reflexões proporcionadas ao navegar nas páginas do terceiro número da Revista Perspectiva do ano de 2019.

Esta edição apresenta o dossiê intitulado **Infância História e Cultura** organizado pelas professoras doutoras Diana Carvalho de Carvalho da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mírian Jorge Warde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E para além dos artigos relacionados ao dossiê, estão presentes neste número mais sete artigos na modalidade “demanda contínua”.

Os autores Daniel Dall'Igna Ecker, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Lutiane de Lara e Marciana Zambillo com base na perspectiva histórica como exercício de desnaturalização do presente, analisaram as Constituições Federais Brasileiras de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 2005, visando a compreender como se produziram discursos sobre o educar na esfera estatal. Os resultados dessa análise estão presentes no seu artigo intitulado **A construção do Direito Social à educação no Brasil: jesuítas, soberanos, liberais, conservadores, políticos e intelectuais.**

“**Escola sem partido**”: em torno de uma formação discursiva é o texto de Anderson Carvalho Pereira que tem como objetivo investigar o estabelecimento de uma FD (Formação Discursiva) a partir da análise do enunciado “escola sem

partido”, em circulação no Brasil contemporâneo, em materialidades linguísticas tais como artigos da imprensa.

Um outro artigo discute as repercussões do estabelecimento do PRONATEC, um dos maiores programas de qualificação profissional desenvolvidos pelo governo Federal segundo André Luis Gonçalves Pereira e Ramon de Oliveira. Os autores destacam em **A inserção dos egressos dos cursos técnicos do Pronatec no mercado de trabalho** que o oferecimento de cursos aligeirados e desvinculados de qualquer perspectiva de formação omnilateral, termina por se configurar como mecanismo de instrumentalização do estudante para um hipotético trabalho futuro, fortalecendo o senso comum, reforçando a visão meritocrática que serve para a criminalização da pobreza e, acima de tudo, para a ilusão de que a educação transforma individualmente a vida das pessoas.

Wellington Oliveira dos Santos, em seu artigo intitulado **Branquitude e negrofilia: o consumo do outro na educação para as relações étnico-raciais**, propõe o uso de termo negrofilia em análises sobre a branquitude. O autor vale-se do conceito de negrofilia que consiste em uma compreensão sobre o espaço de privilégio da branquitude que permite ao branco consumir intencionalmente a história, a cultura e o corpo do negro, usando o discurso politicamente correto - sem abrir mão dos seus privilégios. Conclui que a negrofilia pode ser identificada na formação de professores em disciplinas de Educação das Relações Étnico-Raciais, assim como em discursos que, supostamente, defendem a diversidade étnico-racial.

No artigo **Formação em Pedagogia para a atuação com alunos dotados e talentosos**, as autoras Amanda Rodrigues de Souza e Rosemeire de Araújo Rangni relatam a pesquisa que procura verificar e analisar o conhecimento dos graduandos em Pedagogia em relação à temática de dotação e talento em três instituições de ensino superior no âmbito federal, estadual e privado. Concluem que a formação fornecida aos graduandos sobre a temática foi insuficiente: há pouca abordagem sobre o tema nas disciplinas relativas à Educação Especial o que compromete a formação dos professores e colabora para a não efetivação das políticas e práticas de inclusão de alunos dotados e talentosos nas escolas.

As autoras Gisele Ruiz Silva e Paula Corrêa Henning no artigo intitulado **Sujeito-infantil-escolarizado: relações de poder-saber no gerenciamento de uma população** tecem problematizações a respeito da universalização e obrigatoriedade de escolarização das crianças brasileiras a partir dos quatro anos

de idade. Utilizando-se da genealogia de Michel Foucault com a ferramenta analítica da problematização, as autoras dedicam-se a entender como alguns acontecimentos históricos puderam ser condições de possibilidade para a constituição de uma infância escolarizada na Modernidade.

E, por fim, o artigo intitulado **Pós-graduação stricto sensu e educação básica: que relação é essa?** dos autores Dayse Kelly Barreiros de Oliveira, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, Ellen Michelle Barbosa de Moura. Este artigo apresenta como objetivo compreender como as ações governamentais têm materializado a articulação entre pós-graduação em educação Stricto Sensu e educação básica no que diz respeito à formação de professores através da discussão acerca da relação entre a formação stricto sensu e a formação continuada de professores que atuam na educação básica.

Que a leitura proporcionada por estes artigos possa oxigenar nossas ideias e posições acerca dos problemas da contemporaneidade, e que valorize cada vez mais o importante papel do educador na nossa sociedade.

Editores Científicos

David Antonio da Costa

Diana Carvalho de Carvalho

Eliane Santana Dias Debus

Juliana Cristina F. Bergmann

Patricia Laura Torriglia

